

IMPORTANTE: não substitui o processo físico.

NOTEBIX/UFSC

25820-0

Lido no Expediente
123ª Sessão de 07/12/21
Comissão de PL 277/21
Secretário



PL/0277.6/2021 uma ameaça à saúde coletiva

O Projeto de Lei PL/0277.6/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, pretende vedar em todo território de Santa Catarina, a vacinação compulsória contra a Covid-19, garantir a livre locomoção dos não vacinados, assim como proibir sanções aos servidores e agentes públicos do Estado que recusarem vacinar-se. Este projeto é inconsistente do ponto de vista científico, ético e filosófico e, se aprovado, não apenas estará na contramão de todos os esforços para o combate à pandemia de Covid-19, bem como colocará em risco a saúde da popu em nome de uma suposta liberdade individual.

Em seu Art. 1º, esta proposta de lei se diz “regida pela observância da dignidade da pessoa humana, dos Direitos Humanos, do princípio da Legalidade e respeito às liberdades fundamentais individuais das pessoas, sendo elas o direito à vida, inviolabilidade da intimidade e do próprio corpo, assim como a liberdade de ir e vir, todos garantidos pela CRFB/88 e pela Constituição do Estado de Santa Catarina”. O argumento relativo à liberdade individual, muitas vezes apontado como justificativa para negar a vacinação, pauta-se no respeito à autonomia, porém é um argumento relativo. John Stuart Mill, filósofo e economista britânico defensor do liberalismo político e das liberdades individuais, em seu livro *On Liberty* afirma que “na parte que só diz respeito a si mesmo, a independência de um indivíduo é absoluta por direito. Sobre si mesmo, sobre seu próprio corpo e mente, o indivíduo é soberano” (MILL, 1994, p.13). O mesmo autor afirma que “O princípio é que o único fim para o qual a humanidade está justificada (warrented), individual ou coletivamente, em interferir com a liberdade de ação de qualquer de seus membros é a autoproteção. O único propósito pelo qual o poder pode ser corretamente exercido sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra a sua vontade, é prevenir dano aos outros”(MILL, 1994, p.13). Se pensarmos fundamentados neste filósofo liberal, frente à doença infecciosa, como é o caso da Covid-19, em que o indivíduo pode ser tanto “vítima” quanto “vetor”, as liberdades individuais em comunidades civilizadas devem ser pensadas no contexto das relações. No caso da recusa da vacina, evidentemente o indivíduo expõe ao risco a coletividade. Logo, percebe-se a ausência de sustentação filosófica neste projeto de lei a, bem como a inexistência de evidências científicas que possam justificar o que propõe. Caso seja aprovado, este PL poderá intensificar o movimento antivacina, o qual

SECRETARIA GERAL DO GOV. DO ESTADO DE SANTA CATARINA



implica em descrédito na vacinação, colaborando para retardar o fim da atual pandemia e aumentando a chance de ocorrência de novas epidemias e pandemias

Os fatores associados ao descrédito das vacinas estão relacionados ao desconhecimento da temática, sobretudo quanto à segurança e à eficácia dos imunizantes. O teor do Projeto de Lei PL/0277.6/2021 configura-se como uma fonte de desinformação, pois se utiliza de argumentos falaciosos ao citar os possíveis efeitos colaterais das vacinas de Covid-19 e ao enfatizar que uma vacina só se mostra segura em dez anos. O PL, por exemplo, desacredita na capacidade da ANVISA em aprovar os produtos para serem utilizados no Brasil. Ainda, possui caráter ideológico ao criticar as emissões de autorização de uso emergencial de vacinas, como fizeram Rússia e China, e não mencionando que os Estados Unidos da América e o Brasil (ANVISA) também faz uso desta mesma prática de aprovação para uso emergencial, justificada pela pandemia. O projeto é inconsistente mesmo em suas justificativas e pode ser considerado um projeto alinhado ao negacionismo científico por utilizar de forma retórica e descontextualizada informações científicas.

O descrédito na vacinação não é algo novo, porém tem se intensificado em função das *fake news* e de estudos que faltam com a verdade, com a ética e com a integridade científica, como ocorreu, por exemplo, com o estudo que relacionou fraudulentamente a vacinação com o autismo. Pesquisa realizada pela Sociedade Brasileira de Imunizações aponta que sete em cada dez brasileiros acreditam em *fake news* sobre as vacinas¹. Esse resultado é preocupante, uma vez que contribui para diminuir a taxa da cobertura vacinal na população, sobretudo infantil, possibilitando o ressurgimento de doenças erradicadas há tempos, como é o caso da paralisia infantil. O sarampo, erradicado no Brasil até 2016, ressurgiu no país (a partir de casos vindos da Europa, onde notícias falsas influenciaram a não-vacinação) em bairro de classe média alta de São Paulo com baixa cobertura vacinal. Em 2018, o país teve 10.326 casos confirmados dessa doença evidenciando uma relação com a recusa de alguns pais em vacinar seus filhos. Ainda, os dados da Organização Mundial da Saúde indicam que, em 2017, o sarampo provocou cerca de 110.000 mortes evitáveis no mundo².

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina não pode compactuar com o negacionismo. Não pode negar aquilo que é inegável, como, por exemplo, as milhares

¹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-11/sete-em-cada-10-brasileiros-acreditam-em-fake-news-sobre-vacinas>

² <https://portal.fiocruz.br/noticia/o-ressurgimento-do-sarampo-uma-doenca-evitavel>



de mortes evitadas pelas vacinas. A aplicação em massa de vacinas é, em toda a história, uma das medidas que mais preservaram vidas humanas. Elas impedem a morte por doenças como cólera, raiva, febre tifóide, dentre outras. A varíola, que matou 300 milhões de pessoas, entre 1900 e 1979, hoje está erradicada graças à vacinação. Hoje, vemos, no Brasil e no mundo, que à medida que as taxas de vacinação aumentam, as mortes por Covid-19 diminuem.

Portanto, projetos dessa natureza que alimentam movimentos antivacina são completamente inaceitáveis, pois, manifestam-se como contrassenso e ampliam a disseminação de surtos epidêmicos infecciosos evitáveis. A vacina contra a Covid-19 deve ser tratada como as demais vacinas, pautadas na legislação vigente.

REITERAMOS que a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina não deve compactuar com o negacionismo científico, com a desinformação e o movimento antivacinas por colocar a saúde coletiva em risco. Antes, deve-se depositar confiança nos imunizantes testados segundo critérios científicos e na avaliação das autoridades sanitárias, como a ANVISA. Por fim, enquanto comunidade científica, reafirmamos que o benefício das vacinas contra Covid-19 em prevenir agravos e mortes é superior aos possíveis riscos e efeitos colaterais, justificando-se eticamente seu uso na população.

Subscrevem esta Carta:

Florianópolis, 15 de setembro de 2021.

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Bioética e Saúde Coletiva – NUPEBISC/UFSC
Núcleo de Estudos em Sociologia, Filosofia e História das Ciências da Saúde - NESFHis
Sociedade Brasileira de Bioética - regional de Santa Catarina - SBB/SC

PL 2776/2021 Na contramão da ciência e da vida

Lido no Expediente

123ª Sessão de 07/12/21

Amerlino PL 277/21

Secretário

Rossano Lopes Bastos¹

Mateus Graoske Mendes²



O PL 2776/21 apresentado pela deputada estadual Ana Campagnolo, embasado em premissas negacionistas, anti científicas e de cunho extremamente político-ideológico, se coloca na contramão de todos os esforços para contermos a pandemia do coronavírus. Listamos abaixo uma série de matérias para situar os senhores e senhoras deputados e deputadas acerca do tema proposto pela deputada Campagnolo:

“A Organização Mundial da Saúde calcula que a aplicação de vacinas evita, todos os anos, 6 milhões de mortes. Doenças que antes pareciam incontroláveis e tiravam o sono de médicos e políticos praticamente sumiram do mapa após grandes programas de imunização.”

Leia mais em:

<https://saude.abril.com.br/blog/tunel-do-tempo/vacinas-donald-trump-e-uma-volta-ao-passado-que-ninguem-deseja/>

“Você consegue imaginar um mundo sem vacinas? Pois essa realidade não é tão antiga assim. Vamos voltar no tempo, lá para o início do século 20. Naquela época, uma em cada cinco crianças morria de alguma doença infecciosa antes de completar 5 anos de idade.”

Leia mais em:

<https://saude.abril.com.br/blog/cientistas-explicam/por-que-o-movimento-antivacina-nao-tem-um-pingo-de-sentido/>

Olhem lá atrás

Não é por menos que é preciso lembrar como era o mundo pré-vacinas. Para as mães que alegam que seus filhos são saudáveis e não carecem de

¹ Assessor do Sinjusc

² Assessor do Sinjusc

PROJ. LEGISL. Nº 106/2021 11/12/2021



picadas e gotinhas, cabe o questionamento se as crianças do passado por acaso eram menos saudáveis do que as nossas, já que adoeciam (e morriam) especialmente de doenças infecciosas. Ora, podemos supor inclusive que os pequenos do início do século 20 eram até mais saudáveis do que a criança dos dias de hoje, uma vez que eram mais ativos e conviviam com menos poluição. Ainda assim, garanto, eles morriam.

Antes da vacina de Jonas Salk para poliomielite ser testada em 1952, aproximadamente 20 mil casos eram reportados por ano, só em terra americana. No ano de 1952, particularmente, os casos chegaram em 58 mil. Hoje, depois das vacinas Salk e Sabin, a pólio foi praticamente erradicada nas Américas e na Europa, sendo que os poucos casos restantes advêm de regiões sem acesso às vacinas, na Ásia e na África.

Crianças acometidas pela pólio, mesmo quando sobreviviam, ficavam paráliticas, com retardo mental, ou, na melhor das hipóteses, passavam meses em respiradores artificiais, os "pulmões de aço".

Nos Estados Unidos, antes da vacina contra sarampo, havia aproximadamente de 3 a 4 milhões de casos por ano, e uma média de 450 mortes anuais, registradas entre 1953 e 1963. Após a introdução da vacina, nenhum caso foi reportado até 2004, quando a vacinação começou a ser questionada e deixada de lado por parte da população.

Meningite era um mal que matava em média 600 crianças por ano, e deixava sobreviventes com sequelas como surdez e retardo mental. Antes da vacina de coqueluche, quase todas as crianças contraíam a doença, com aproximadamente 150 a 260 mil casos reportados anualmente e 9 mil mortes. Desde 1990, apenas 50 casos ao todo foram noticiados.

Rubéola é um problema relativamente banal em adultos, mas pode acometer gravemente crianças ao nascer, se a mãe for contaminada durante a gestação. As repercussões incluem defeitos cardíacos, problemas de visão, surdez e retardo mental. Em 1964, antes da imunização, 20 mil bebês nasciam de mães infectadas. Desses, 11 mil eram surdos, 4 mil cegos e 1800 apresentavam retardo mental.



Podemos nos estender nos exemplos e falar também de tuberculose, catapora, caxumba, hepatite B e difteria, que foram controladas com vacinas eficazes, mas que acometeram e mataram milhares de pessoas em um passado não tão distante.

As vacinas nos protegem contra doenças terríveis, capazes de causar sofrimento, sequelas e morte. Esse fato não pode ser refutado. Há 60 anos as vacinas têm se mostrado eficazes e seguras.

Os imunizantes parecem hoje ser vítimas do seu próprio sucesso. As pessoas esqueceram como era viver sem vacinas e que, graças a elas, vencemos várias infecções. Lembre-se daquele número: antes desse progresso da medicina, uma em cada cinco crianças perdia a vida. O mundo antes das vacinas não me parece um local muito alentador. Eu não gostaria de voltar para lá.

* A Dra. Natália Pasternak Taschner é bióloga, pesquisadora do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, coordenadora dos projetos Cientistas Explicam e Pint of Science no Brasil e uma das idealizadoras e colaboradoras do blog Café na Bancada

Leia mais em:

<https://saude.abril.com.br/blog/cientistas-explicam/por-que-o-movimento-antivacina-nao-tem-um-pingo-de-sentido/>

A campanha #VacinaSim, criada pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) com o início da imunização no país contra a covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, reúne cientistas e formadores de opinião para conscientizar as pessoas sobre a importância da vacinação para erradicar a pandemia.

A iniciativa vem sendo divulgada em vídeos nas redes sociais da Fapesp e conta com a participação de pesquisadores de diversas áreas além da saúde.

A campanha incentiva as pessoas a confiar na ciência por trás das vacinas e enfatiza que, mais que uma iniciativa de proteção individual, vacinar-se é uma ação de cidadania.



Os cientistas que participam da campanha incluem Margareth Dalcolmo, pesquisadora da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), Ester Sabino, professora da USP (Universidade de São Paulo), Alicia Kowaltowski, professora da USP e colunista do Nexo, e Carlos Joly, professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e coordenador do BIOTA/FAPESP, um dos parceiros do Nexo Políticas Públicas.

Link para matéria:

<https://pp.nexojornal.com.br/topico/2021/01/27/Como-cientistas-se-mobilizam-pela-vacina%C3%A7%C3%A3o-contr-a-covid>

A campanha de vacinação contra a covid-19 no Brasil começou em 17 de janeiro, com a aprovação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) da CoronaVac, vacina produzida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, e da vacina de Oxford com a farmacêutica AstraZeneca, fabricada no país pela Fiocruz.

A Fapesp afirma, em nota, que o único antídoto que pode erradicar o novo coronavírus é a vacinação. “Para que produzam seus efeitos de proteção individual e coletiva, as vacinas precisam ser aplicadas rapidamente a grande parcela da população”, segundo o texto publicado em 19 de janeiro.

A professora do Instituto de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da USP Ester Sabino afirmou ao Nexo Políticas Públicas que “falar da vacinação é extremamente importante”. “É quase uma defesa da ciência. Uma forma de defesa de tudo que a ciência fez e que melhorou a vida das pessoas”, disse.

A pandemia do novo coronavírus, declarada em março de 2020 pela OMS (Organização Mundial da Saúde), resultou em 8,9 milhões de infecções e mais

de 218 mil mortes no Brasil até terça-feira (27). O total de vacinados no país contra a covid-19 era de 840 mil pessoas até a mesma data.



Qual a importância da vacinação?

A vacinação, além de ser importante para aqueles que se vacinam e correm menos riscos de desenvolver a covid-19 — ou formas graves da doença —, ajuda a sociedade a erradicar a pandemia, pois, com uma cobertura vacinal ampla, o vírus deixa de circular entre a população.

“Com o tempo, quanto mais você aumenta o número de pessoas vacinadas, o vírus vai deixando de achar meios para se transmitir. Mesmo que algumas que não estejam vacinadas se infectem, elas não conseguem transmitir para outras, e assim se protege o coletivo”, afirmou Ester Sabino, professora do Instituto de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da USP, em entrevista ao Nexo Políticas Públicas

A vacinação em massa é responsável, em outras palavras, por criar a chamada imunidade de rebanho, que indica que uma proporção alta da população está imunizada contra o vírus. Por esse motivo, pesquisadores afirmam que a vacinação não é uma questão individual, mas de responsabilidade coletiva.

Quem se vacina protege não só a si mesmo, mas as pessoas ao seu redor, especialmente aquelas que não se vacinaram — como pessoas alérgicas, que não podem receber imunizantes. No caso da covid-19, crianças, adolescentes e gestantes ainda não podem ser vacinados porque as vacinas disponíveis no Brasil não foram testadas para esses grupos. Eles dependem da imunidade coletiva para se proteger.

Quem se vacina protege também quem se vacinou, mas não conquistou a imunidade — afinal, nenhuma vacina é 100% eficaz. Em uma população em

que 95% das pessoas foram vacinadas, uma pequena parcela de até 5% pode não estar protegida, segundo pesquisadores.



A ciência ainda não sabe se as vacinas contra a covid-19 são capazes de impedir a transmissão do novo coronavírus, embora sejam eficazes para evitar que as pessoas vacinadas desenvolvam formas moderadas ou graves da doença. Em Israel, porém, dados iniciais mostram que, depois do início da vacinação, as infecções diminuíram significativamente.

Ainda assim, com a redução de casos moderados e graves da doença, a vacinação tende a ter impacto sobre a pandemia. O número de doentes e mortos diminuirá, e não haverá mais tanta pressão sobre os sistemas de saúde. Com controle do vírus, será possível retomar com mais segurança atividades como aulas presenciais, eventos culturais e o funcionamento normal da economia.

Link para matéria:

<https://pp.nexojornal.com.br/topico/2021/01/27/Como-cientistas-se-mobilizam-pela-vacina%C3%A7%C3%A3o-contra-a-covid>

“A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a inclusão da empresa Exelead, localizada em Indianápolis, estado da Indiana, nos Estados Unidos, como uma fabricante alternativa da vacina da Pfizer/BioNTech contra a covid-19. A solicitação de inclusão foi feita em 24 de agosto e aprovada ontem (31) pela Anvisa. De acordo com a agência, a introdução da unidade aprimora a capacidade de fornecimento da nanopartícula lipídica e de formulação do medicamento a granel. O produto fabricado na Exelead é, então, transportado até o local das etapas de envase e embalagem. A análise das informações enviadas pela Pfizer foi concluída na semana passada pela equipe técnica da Anvisa”.

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2021/09/01/anvisa-aprova-inclusao-de-nova-fabrica-da-vacina-da-pfizer.htm?cmpid=copiaecola>



“O ministro da Saúde Marcelo Queiroga ironizou críticos do governo Jair Bolsonaro (sem partido) ao afirmar hoje que quem não acredita na campanha de vacinação contra a covid-19 pode recorrer ao atendimento na rede de saúde mental.” - A declaração aconteceu durante um evento, ao lado do deputado federal Osmar Terra (MDB-RS) e a secretária da pasta, Mayra Pinheiro, conhecida como "Capitã Cloroquina". "Não podemos deixar de falar na campanha de vacinação, aqueles que não acreditavam tiveram que rever os seus conceitos, ou então podem recorrer à nossa rede aqui de saúde mental", disse."

<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/09/01/queiroga-negacionistas-da-vacina-precisam-ajuda-mental.htm?cmpid=copiaecola>

"Nós vamos assisti-los para mostrar que eles estavam errados, porque hoje o Brasil é um dos países que mais doses de vacina distribuiu". De acordo com o painel Our World in Data, ligado à Universidade de Oxford, o Brasil ocupa a quarta posição no ranking de doses de vacinas aplicadas. Entretanto, quando o tamanho da população é levado em conta e o cálculo é feito na relação a cada 100 habitantes, o país despenca para a 81ª posição, atrás de países como China, Reino Unido, França, Arábia Saudita e Cuba. Desde o início da pandemia, o deputado Osmar Terra deu uma série de declarações polêmicas, defendendo inclusive a "imunidade de rebanho". Em depoimento à CPI da Covid em junho de 2021."

<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/09/01/queiroga-negacionistas-da-vacina-precisam-ajuda-mental.htm?cmpid=copiaecola>

"O Brasil deve aumentar a vacinação de forma drástica ou comprometerá todo o ano de 2022 com a pandemia. A análise é do médico Miguel Nicolelis e tem como base a baixa imunização promovida até agora no país. O neurocientista debateu com Maria Carolina Trevisan e Diogo Schelp a possibilidade de o país deixar a pandemia para trás, um processo que vem avançando ao redor do mundo. Para ele, essa é uma realidade distante para o brasileiro."

<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/20/nicolelis-sem-vacinacao-de-milhoes-de-pessoas-por-dia-ano-de-2022-ja-era.htm?cmpid=copiaecola>



"O ano de 2021 já foi e o primeiro semestre de 2022 muito provavelmente já foi também, a menos que a gente tenha uma mudança de rumo dramática aqui e comece a vacinar 2 milhões de pessoas por dia", diz Nicolelis (veja a partir de 36:45 no vídeo acima). São cerca de 200 mil doses aplicadas diariamente em todo o país neste momento, quantidade vista pelo especialista como longe do suficiente para cogitar o fim da pandemia a curto prazo. Uma crítica para não atingirmos o número de 2 milhões ao dia é o fato de o governo federal ter recusado a compra da vacina da Pfizer "no momento correto", após mais de uma oferta no ano passado. "Eu sou uma pessoa otimista em tudo que faço, mas está.

<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/20/nicolelis-sem-vacinacao-de-milhoes-de-pessoas-por-dia-ano-de-2022-ja-era.htm?cmpid=copiaecola>

Os equívocos do círculo conservador de Joinville que embasam o PL 2776/2021

Para dar início precisamos desconstruir uma das tantas falsas premissas contidas na "carta do círculo conservador de Joinville" que é o fato da reivindicação não ter caráter político e/ou ideológico, pois a médica que abre o rol de assinaturas deste documento é nada menos que a Dra Nise Yamaguchi, médica conselheira de Bolsonaro, conforme ela mesma afirma em matéria para a BBC (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57124296>), Nise é alvo também das investigações da CPI da pandemia por ser defensora e articuladora do chamado "tratamento precoce" contra a covid19 com o uso de Cloroquina e outras medicações já refutadas pelo meio científico como tratamento para a nova doença. Em seu depoimento à CPI, Nise apresentou diversas

contradições que vão desde gabinete paralelo no ministério da saúde até alteração da bula da cloroquina. Destacamos as principais contradições e graves declarações feitas pela médica aos senadores da CPI disponível em:

<https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/relator-destaca-contradicoes-do-depoimento-de-nise-yamaguchi-01062021> :



1) Introdução da depoente

Declaração: Nota Informativa nº 6 do MS, de 27/3/21, já se falava de cloroquina para casos moderados e graves; não participa de discussões sobre vacinas.

Contradição: Afirmou que recentemente foi assegurado cientificamente que é melhor que não se trate com cloroquina os casos moderados e graves; conversou em um almoço com (presidente Jair) Bolsonaro sobre a importância do tratamento precoce com cloroquina e hidroxicloroquina, inclusive em favor da imunidade de rebanho. (Deputado federal) Osmar Terra estava presente.

2) Gabinete paralelo

Declaração: Outros médicos conversavam com o presidente: presidente da Associação Médica Brasileira, presidente do CFM, médicos do Einstein e Sírio; não se sabe se Luciano Dias Azevedo teria aconselhado o presidente Bolsonaro; conheceu Carlos Wizard em reunião do Conselho Médico Independente. Wizard trabalharia com (Eduardo) Pazuello em Roraima. Teve várias reuniões com Wizard e Arthur Weintraub. Afirmo que nunca teria se encontrado sozinha com o presidente Bolsonaro

Contradição: Confirma existência de gabinete paralelo; esteve com Arthur Weintraub em reuniões na Presidência, em cerimônias e, inclusive, em evento denominado "médicos para a vida", aquele discutiu possibilidades e estratégias para se viabilizar e distribuir medicamentos para tratamento precoce. Também participou de diversas reuniões no Ministério da Saúde.

Falsa declaração: Documentos obtidos pela CPI comprovam que no dia 15/5/20, às 10h45, a declarante esteve no Palácio do Planalto, em reunião com o Presidente da República.

3) Tratamento precoce com cloroquina e hidroxicloroquina



Declaração: Defende o tratamento precoce (inicial), afirmando que salva vidas. Não seria necessário vacinar toda a população aleatoriamente. O tratamento precoce no Amapá teria resultado no menor índice de mortes, em todo o mundo.

Contradição: Vídeos exibidos pela CPI mostraram a médica defendendo que o tratamento precoce evitaria e até substituiria a vacinação. A Checagem mostra que, na verdade, o Amapá é o 6º Estado do Brasil em mortes por COVID-19, por 100 mil habitantes.

Importante: foi declarado pela médica que o Presidente da República afirmou que haveria algum tratamento precoce para COVID em outros países e a questionou sobre o fato. Isso teria impulsionado a declarante, segundo suas próprias afirmações, a procurar o Conselho Federal de Medicina para ratificar o tratamento com cloroquina e hidroxicloroquina.

4) Bula cloroquina

Declaração: Não teria sugerido mudança na bula da cloroquina. Não existia minuta para isso.

Contradição: A declaração contraria testemunhos compromissados do presidente da Anvisa e do ex-ministro (Luiz Henrique) Mandetta. Ambos afirmaram que a depoente foi quem avançou e insistiu em mudar a bula da cloroquina para constar nela indicação para covid-19. Estavam presentes Barra Torres, Henrique Mandetta e Luciano Azevedo. Este teria escrito uma minuta de decreto.

5) Políticas públicas para tratamento precoce

Declaração: Presidente da República não tratou com a declarante a respeito dos cargos de ministro ou qualquer outro; convites para reuniões eram realizados por telefone. Por meio da Segov, gabinete do ministro (Luiz) Ramos e presidente da República, todos por meio de secretárias e assessorias; convites para reuniões no Ministério da Saúde eram feitos pelo próprio ministro (Eduardo) Pazuello, Dr. Denizar e outros, por e-mail ou telefone.

Contradição: a depoente declarou que teria sido convidada pelo Presidente Bolsonaro para integrar reuniões e, também, o gabinete de crise do Planalto. Há registros de seis reuniões às quais a declarante estava presente na Casa Civil e na Presidência da República. Teve reuniões com o Dr. Elcio, Secretário Executivo, Dr. Eduardo Pazuello, Dr. Denizar Vianna, Dr. Hélio Boti, Dra. Mayra, assessorias.



6) Questionamentos do senador Randolfe Rodrigues

Declaração: Perguntada se teria sido Arthur Weintraub quem a levou para participar de reuniões e eventos na Presidência. Não participou de sugestões ou elaboração de decreto para alterar a bula da cloroquina.

Importante: a depoente respondeu: “Não! Foi o presidente.”

Contradição: Trocou mensagem de texto com Luciano Azevedo afirmando: “esse decreto não pode ser assim”. Porém, o relator declarou que nunca viu minuta de decreto para alterar bula de medicamento.

Declaração grave: afirmou que ela própria teria levado minuta de decreto para alterar a bula da cloroquina: “eu trouxe o decreto”.

7) Questionamentos do senador Alessandro Vieira

Declaração: Perguntada sobre os motivos pelos quais, desde abril/2020, vários países mudaram seus entendimentos quanto ao tratamento com cloroquina e hidroxicloroquina, afirmou que o “departamento de evidências do mundo real” (do FDA americano) estaria recebendo dados e estudando a aplicação da cloroquina e hidroxicloroquina.

Contradição: checagem concluiu que “em 24 de abril de 2020, o FDA dos Estados Unidos fez um alerta público contra seu uso [cloroquina], devido a ‘sérios problemas de ritmo cardíaco’”.

Assim podemos conhecer mais de perto a médica que “puxa o bonde” das assinaturas da Manifestação do círculo conservador de Joinville na contramão da comunidade científica, militando contra as vacinas e a favor da morte.

O PL REPRESENTA A POLÍTICA NEGACIONISTA

Apresentada a Dra Nise Yamaguchi, penso que podemos lançar luz sobre o teor político e ideológico negado no documento do círculo conservador de Joinville, **“Que o zelo e a segurança da saúde dos catarinenses sejam a prioridade em detrimento aos interesses mercadológicos, ideológicos e políticos”** cai por terra. Se o círculo conservador de Joinville está em defesa da saúde dos catarinenses, a sua proposta de aprovação do PL 2776/21 caminha descolada disso, pois somente com ampla imunização da população poderemos efetivamente combater a pandemia e erradicar a covid19,



responsável pela morte de mais de 583 milhões de vidas brasileiras. As considerações que "o círculo" e o PL propõem para embasar seu pleito, são na ampla maioria desentendimentos políticos, éticos e contratuais para uma possível vida em sociedade que respeite tanto os direitos individuais sem romper com os contratos sociais necessários para a justa convivência. Para muitas pessoas ainda é difícil entender o conceito de vacina, como ela funciona e a sua importância. Porém, de modo simples, a vacina pode ser entendida como um "remédio preventivo", assim, a sua função é profilática, ou seja, a vacina torna o organismo de quem a recebe resistente a determinada doença, o que previne o seu surgimento e consequente disseminação na população. A importância de se vacinar está exatamente nesse ponto. Quando nos vacinamos não estamos protegendo apenas a nós mesmos, mas também a nossa família, amigos e até aqueles que não conhecemos.

O controle epidemiológico de doenças transmissíveis por meio da vacina representou uma grande revolução na ciência e na história da saúde pública. O tema relaciona-se tanto na órbita do direito individual à saúde, quanto no direito coletivo à saúde de todos, visto tratar-se de uma política sanitária preventiva de doenças. De nada servirão os avanços da medicina na pesquisa e desenvolvimento de novas vacinas se não houver uma adesão coletiva da sociedade às campanhas de vacinação. De outra parte, o Estado não pode apenas esperar que essa adesão se dê de modo consciente e voluntário, por vezes, terá que fazer valer do seu dirigismo para proteger o direito à saúde da coletividade. O PL em questão, se aprovado, tira o poder estatal em agir pelo bem coletivo e para isso utilizar de seus dispositivos democráticos de ação em prol do bem estar e da saúde do povo catarinense, que demonstra massiva participação no programa de imunização comparecendo aos locais de saúde para se vacinar. Somente com amplo incentivo à vacinação poderemos juntos vencer o Coronavírus e tirar SC do mapa de mortos pela Covid19. No anexo 1 é possível verificar estudos publicados em revistas científicas renomadas que atestam a eficácia das vacinas contra a covid19.



ANEXO I

Vacinas para Covid19 - O estado da arte. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/hF6M6SFrhX7XqLPmBTwFfVs/?lang=pt>

Vacina da Pfizer: Um marco na luta contra a pandemia. Disponível em:

<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-carlos-dias/vacina-da-pfizer-um-marco-na-luta-contr-pandemia>

Eficácia das vacinas Covid-19 contra a variante B.1.617.2 (Delta). Disponível em:

https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa2108891?query=recirc_mostViewed_railB_article

Eficácia da vacina Oxford-AstraZeneca. Disponível em:

[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32623-4/fulltext?rss=yes&utm_source=nl_landingpage&utm_medium=web&utm_campaign=covid_byte_s_daily_newsletter](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32623-4/fulltext?rss=yes&utm_source=nl_landingpage&utm_medium=web&utm_campaign=covid_byte_s_daily_newsletter)

Vacinação: direito individual ou coletivo?

Autores

- **Sandra Mara Campos Alves**
 - Fundação Oswaldo Cruz - Brasília
 - <https://orcid.org/0000-0001-6171-4558>
- **Maria Célia Delduque**
 - Fundação Oswaldo Cruz - Brasília
 - <https://orcid.org/0000-0002-5351-3534>
- **Marcelo Lamy**
 - Universidade Santa Cecília (Unisanta)
 - <https://orcid.org/0000-0001-8519-2280>

DOI: <https://doi.org/10.17566/ciads.v9i3.737>